manchete

Jornal Negócios

05-01-2023

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 14,15

ASSESSORIA JURÍDICA

Economia precisa de justiça mais célere e leis estáveis

Justiça mais célere, estabilidade legislativa ou desburocratização e desmaterialização de processos são medidas defendidas pelos especialistas na área da justiça económica.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

O que é importante melhorar em 2023 na chamada justiça económica para atrair mais investimento para o país? Para quem presta assessoria jurídica às empresas, há problemas que há muito estão identificados e com soluções já antes apontadas. Uma justiça mais célere, estabilidade legislativa nas áreas fiscal e laboral ou a desburocratização e desmaterialização de processos nos tribunais são propostas deixadas pelos advogados ouvidos pelo Negócios.

"Para quem investe no nosso país é, sem dúvida, importante que os tribunais passem a dar uma resposta muito mais célere. Não é tolerável para um investidor ficar uma década à espera de uma decisão de um tribunal administrativo sobre um determinado licenciamento; ou aguardar quase tanto tempo que um tribunal cível decida um simples litígio contratual", frisa João Saúde, sócio principal da Sérvulo & Associados. Em sua opinião, "o recurso à arbitragem surge, naturalmente, como uma via para colmatar estes problemas, cuja resolução é muito urgente".

Na opinião de José Nogueira, managing partner da RSN, o importante é "definitivamente, a estabilidade do nosso quadro legislativo a nível fiscal e laboral, acrescida de uma melhoria da gestão ao nível dos nossos tribunais". Tal como adianta, "basta ver como estão os nossos tribunais de Comércio, no Porto e em Lisboa, para resultar claro que chegou a hora de considerar o setor da Justiça, a par com o da saúde, como das áreas em que reformas urgentes são necessárias".

É defendida a desburocratização de processos e uma maior aposta na desmaterialização ao nível da chamada justiça económica.

O mesmo advogado lembra que "o nosso país vive um quadro de estabilidade parlamentar". Nesse sentido, sublinha, "seria uma grande marca desta legislatura se, com planeamento e estudo, se atacasse de vez o problema, não despejando mais dinheiro no que não funciona, não repetindo velhas propostas, recicladas, à espera que venham a dar resultados diferentes dos verificado nos últimos 20 anos".

Seria importante cuidar seriamente da fiscalidade na ótica do investimento estrangeiro, diz Pedro Rebelo de Sousa.

Importante baixar tributação a pessoas e a empresas

Numa ótica de "wishful thinking", José Maria Corrêa de Sampaio, sócio da Abreu Advogados, diz que "seria desejável que pudéssemos concretizar as reformas estruturais do Estado, que tão necessárias são no sentido de baixar a despesa e a dívida pública, e baixar a tributação às empresas e às pessoas para, dessa forma, através do investimento privado, promover o crescimento económico para níveis similares ao dos demais países da UE com os quais comparamos".

As questões tributárias são também evidenciadas por Pedro Rebelo de Sousa, sócio-fundador da SRS Advogados, para quem "seria verdadeiramente importante cuidar seriamente da fiscalidade na ótica do investimento estrangeiro, tornando o país mais atrativo a este nível". No mesmo patamar, sublinha, deveria melhorar o funcionamento da justiça, bem como assegurar o acesso generalizado dos cidadãos à mesma.

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Jornal Negócios

05-01-2023

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 14,15

Desmaterialização reforçada na justiça administrativa e fiscal

Paulo Calado

No campo justiça, há dois fatores importantes com impacto direto na atração de investimento para o país e que poderão, defende José Maria Corrêa de Sampaio, "ajudar a nossa economia a crescer e a ultrapassar o contexto internacional desafiante que vivemos".

José Nogueira diz que é importante haver estabilidade do nosso quadro legislativo a nível fiscal e laboral.

Por um lado, defende este advogado, era importante "a manutenção dos programas de golden visa", considerando que "têm sido um importante meio de atração de investimento estrangeiro para Portugal". Segundo adianta, desde 2012 este programa representa "um investimento superior a seis mil milhões de euros para o país".

Por outro lado, Corrêa de Sampaio defende que é urgente que as verbas do Plano de Reforma e Resiliência (PRR) "comecem a chegar de facto às empresas, contribuindo para a sua capitalização, e que, no que respeita ao investimento público, possamos dar, finalmente, início ao plano ferroviário e rede elétrica nacional, projetos de grande importância para o futuro e competitividade" de Portugal.

Embora a palavra justiça remeta em primeiro lugar para os tribunais, Rita Maltez, sócia da Pares, acredita que "uma maior desburocratização de processos, bem como a continuação da desmaterialização e simplificação dos mesmos, têm igual peso no esforço de tornar mais justos e equitativos os meios de acesso à atividade económica".

A importância destas medidas, insiste a advogada Rita Maltez, está associada ao facto de "muitas empresas com potencial de criação de riqueza e de solidez do nosso tecido económico não terem acesso, em especial as mais longínquas dos centros de poder e as de menores recursos humanos e económicos". ■

"Não é tolerável para um investidor ficar uma década à espera de uma decisão de um tribunal administrativo sobre um determinado licenciamento.
JOÃO SAÚDE
Advogado, sócio da Sérvulo & Associados

"Seria desejável baixar a tributação às empresas e pessoas para, dessa forma, através do investimento privado promover o crescimento económico.
JOSÉ MARIA C. SAMPAIO
Sócio da Abreu e vice-presidente do conselho de administração desta sociedade

É uma das áreas críticas da Justiça e tem sido alvo de críticas por parte dos diferentes "players" do setor, em particular devido ao tempos de demora na resolução dos processos – há casos em que os atrasos chegam aos 10 anos – e às excessivas pendências acumuladas. Uma das medidas inscritas pelo ministério tutelado por Catarina Sarmento e Castro no Orçamento do Estado (OE) para este ano passa exatamente por "otimizar e acelerar a modernização dos Tribunais Administrativos e Fiscais".

De acordo com a versão final do OE, vão ser levadas a cabo uma série de medidas, como a promoção da desmaterialização das submissões de peças processuais pelas entidades que assumem o papel de órgãos de execução fiscal – serviços de finanças, da Segurança Social e autarquias – ou pela criação de secções especializadas nos Tribunais Administrativos e Fiscais superiores.

No conjunto das medidas previstas no âmbito da chamada justiça económica está o aumento da capacidade de resposta da jurisdição administrativa e fiscal, "por via de medidas de natureza gestionária e organizativa, de simplificação processual e incremento da utilização de novas tecnologias, sem esquecer o reforço dos meios humanos afetos à jurisdição administrativa".

A desmaterialização é, de resto, uma das principais apostas para este ano nesta área da justiça. O Governo iniciou em 2016 um projeto-piloto nos Tribunais Administrativos e Fiscais de disponibilização de serviços de impressão, envelopagem e serviços postal.

Em 2017, segundo o Ministério, o exercício foi alargado aos juízos de comércio e aos Departamentos de Investigação e Ação Penal do Ministério Público, "realizando-se mais de 1,8 milhões de citações e notificações judiciais, com uma poupança estimada de mais de 270 mil horas dos funcionários judiciais", é sublinhado no OE para este ano.

Com a conclusão desta medida, ao longo de 2023, a tutela estima "uma redução anual global superior a 800 mil horas de trabalho, hoje dedicadas às atividades manuais conexas, com um valor económico de aproximadamente 8,2 milhões de euros".

O Executivo pretende que, a partir de 2023, estes serviços sirvam de forma transversal a área governativa da justiça, "alcançando-se uma supressão de mais de 90% das necessidades que atualmente são cumpridas através de recursos próprios dos tribunais, conservatórias, serviços prisionais, Polícia Judiciária, entre outros, permitindo aos funcionários dedicarem-se a outras intervenções de natureza processual prioritária". ■

Ministério quer uma redução anual global superior a 800 mil horas de trabalho em atividades manuais, para otimizar funcionários da justiça.

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.